ATA DA 22ª SESSÃO ORDINÁRIA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 18ª LEGISLATURA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR (CMS), REALIZADA NO DIA 18 DE MAIO DE 2020.

PRESIDENTE: VEREADOR GERALDO JÚNIOR

1º SECRETÁRIO: VEREADOR PAULO MAGALHÃES JÚNIOR (*ad hoc*)

2º SECRETÁRIO: VEREADOR SÉRGIO NOGUEIRA (*ad hoc*)

Compareceram os senhores vereadores: ALADILCE SOUZA, ALBERTO BRAGA, ALEXANDRE ALELUIA, ANA RITA TAVARES, ATANÁZIO JÚLIO, BECA, CARLOS MUNIZ, CÁTIA RODRIGUES, CEZAR LEITE, CLÁUDIO TINOCO, DANIEL RIOS, DEMÉTRIO OLIVEIRA, DUDA SANCHES, EDVALDO BRITO, FÁBIO SOUZA, FELIPE LUCAS, GERALDO JÚNIOR, HENRIQUE CARBALLAL, IREUDA SILVA, ISNARD ARAÚJO, JOCEVAL RODRIGUES, KIKI BISPO, LORENA BRANDÃO, LUIZ CARLOS DE SOUZA, LUIZ CARLOS SUÍCA, MARCELLE MORAES, MARCOS MENDES, MARTA RODRIGUES, MAURÍCIO TRINDADE, MOISÉS ROCHA, ORLANDO PALHINHA, PAULO MAGALHÃES JÚNIOR, SABÁ, SÉRGIO NOGUEIRA, SIDNINHO, SÍLVIO HUMBERTO, TEO SENNA, TOINHO CAROLINO, VADO MALASSOMBRADO e ZÉ TRINDADE. Havendo número legal, o senhor presidente declarou aberta a Sessão, em formato semipresencial, em razão das medidas de isolamento frente à pandemia do Coronavírus, com a participação de alguns edis de maneira remota, mediante ferramenta digital, e anunciou a votação da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada sem restrições. Em seguida, foi realizada a leitura do Expediente, que constou do seguinte: Ofícios n.s 64/20, 68/20, 72/20, 76/20, 77/20 e 78/20 do Gabinete do Prefeito encaminhando, respectivamente, os Decretos n.s 32.366/20, 32.374/20, 32.376/20, 32.383/20, 32.382/20 e 32.394/20, referentes a Aberturas de Créditos Extraordinários; Mensagens n. 9, 10 e 11/20

do Executivo Municipal encaminhando, respectivamente, os Projetos de Lei n.s 104, 105 e 111/20; Veto parcial n. 17/20 do Executivo Municipal; Projetos de Lei n.s 98 e 99/20 do vereador Zé Trindade, 100/20 do vereador Marcos Mendes, 101 e 102/20 do vereador Geraldo Júnior, 103, 106 e 107/20 do vereador Beca, 108/20 do vereador Edvaldo Brito, 109 e 110/20 do vereador Geraldo Júnior, 112/20 da vereadora Ireuda Silva e 113/20 do vereador Zé Trindade; Projetos de Resolução n.s 21/20 do vereador Orlando Palhinha, 22/20 da vereadora Marta Rodrigues e 23/20 do vereador Luiz Carlos de Souza; Projetos de Indicação n.s 261 a 265/20 do vereador Felipe Lucas, 266/20 do vereador Hélio Ferreira, 267/20 da vereadora Marcelle Moraes, 268/20 do vereador Beca, 269/20 da vereadora Marcelle Moraes, 270 e 271/20 da vereadora Ana Rita Tavares, 272/20 do vereador Marcos Mendes, 273 e 274/20 do vereador Odiosvaldo Vigas, 275 e 276/20 do vereador Orlando Palhinha, 277/20 do vereador Cláudio Tinoco, 278/20 do vereador Odiosvaldo Vigas, 279/20 do vereador Marcos Mendes, 280 a 282/20 do vereador Sidninho, 283 e 284/20 do vereador Hélio Ferreira, 285/20 do vereador Geraldo Júnior, 286/20 do vereador Maurício Trindade, 287 e 288/20 da vereadora Aladilce Souza e 289/20 da vereadora Ireuda Silva; Requerimentos n.s 100/20 do vereador Cezar Leite e 101/20 do vereador Henrique Carballal; Moções n.s 28/20 da vereadora Ana Rita Tavares e 29/20 do vereador Zé Trindade. Terminada a leitura do Expediente, o senhor presidente agradeceu às bancadas e aos vereadores independentes por aceitarem substituir uma reunião do Colégio de Líderes por uma Sessão Ordinária, ante a chegada de duas Mensagens importantes. Lembrou a suspensão da Tribuna Popular em razão da pandemia e explicou o roteiro a ser seguido nesta Sessão, com a votação imediata de Vetos. Destacou Projetos de Indicação e Portaria sobre a pandemia do Coronavírus. Pediu que os líderes de bancada se reunissem, remotamente, para tratar da votação de projetos de lei sobre a pandemia. Pela ordem, o vereador Paulo Magalhães Júnior, líder da bancada de Governo, propôs que essa reunião acontecesse logo após a Sessão. Iniciada a **Ordem do Dia**, foram incialmente discutidos, votados e mantidos os Vetos n.s

12/20 (contra os votos dos vereadores Ana Rita Tavares, Cezar Leite, Edvaldo Brito, Marcos Mendes e Marta Rodrigues), 13/20 (contra os votos dos vereadores Ana Rita Tavares, Cezar Leite, Edvaldo Brito, Marcos Mendes e Marta Rodrigues) 14/20 (contra os votos dos vereadores Ana Rita Tavares, Edvaldo Brito, Marcos Mendes e Marta Rodrigues) 15/20 (contra os votos dos vereadores Ana Rita Tavares, Edvaldo Brito, Marcos Mendes e Marta Rodrigues) e 16/20 (contra os votos dos vereadores Ana Rita Tavares, Edvaldo Brito, Marcos Mendes e Marta Rodrigues). Pela ordem, o vereador Marcos Mendes pediu que os pares reconsiderassem a manutenção do Veto n. 16/20, em nome da gratuidade em estacionamento para os trabalhadores da Justiça. O senhor presidente observou que o Veto já havia sido mantido. Pela ordem, o vereador Sidninho, líder da bancada de Oposição, pediu que os projetos relacionados à pandemia passassem pela Comissão de Finanças e Orçamento. Expôs sua proposta para uma comissão de acompanhamento do uso dos recursos que eram objeto do Projeto de Lei n. 105/20, a qual era apresentada na Emenda da Oposição a esse Projeto. Em apreciação o Projeto de Lei n. 104/20, o vereador Joceval Rodrigues emitiu Parecer pela Comissão de Finanças, o qual foi favorável. Colhidos os votos na Comissão, o Parecer foi aprovado à unanimidade, o mesmo se dando em Plenário. Após discutido e votado, o Projeto de Lei n. 104/20 foi aprovado até a Redação Final. Em seguida, passou-se à apreciação do Projeto de Lei n. 105/20. Pela ordem, o vereador Edvaldo Brito lembrou a previsão regimental sobre parecer em Plenário e defendeu que o conteúdo deste Projeto fosse mais analisado. Disse que votaria contrariamente ao Projeto, exceto se acolhida a Emenda da Oposição, e mencionou imoralidades cometidas em nome da pandemia, em outros lugares. Pela ordem, o vereador Kiki Bispo solicitou que a Oposição explicitasse o conteúdo da Emenda, a qual ainda não havia chegado ao Plenário. O vereador Sidninho reexplicou que a Emenda propunha comissão para acompanhamento do uso de recursos. O senhor presidente, ante a não-chegada dessa Emenda, comprometeu-se com a criação de uma comissão suprapartidária para

acompanhamento dos recursos relativos ao Projeto de Lei n. 105/20. Disse que sua composição seria publicada no dia seguinte. Teve a palavra o vereador Sílvio Humberto, que pediu transparência sobre as medidas atualmente tomadas, destacando o papel fiscalizatório do Legislativo. O vereador Sidninho, por sua bancada, aceitou a proposta do senhor presidente sobre a comissão. Em seguida, o vereador Joceval Rodrigues, pela Comissão de Finanças, emitiu Parecer sobre o Projeto de Lei n. 105/20, o qual foi favorável. Colhidos os votos na Comissão, o Parecer foi aprovado à unanimidade, o mesmo se dando em Plenário. Após discutido e votado, o Projeto de Lei n. 105/20 foi aprovado até a Redação Final. O senhor presidente pediu que fossem entregues os nomes para a comissão a ser criada. Em seguida, foi apreciado o Parecer único do vereador Alexandre Aleluia, pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), favorável aos Projetos de Indicação a serem votados nesta Sessão. Colhidos os votos na CCJ, o Parecer foi aprovado à unanimidade, o mesmo se dando em Plenário. Posteriormente, foram discutidos, votados e aprovados, até a Redação Final, os Projetos de Indicação n.s 31/20, 44/20, 45/20, 46/20, 48/20, 49/20, 50/20, 51/20, 53/20, 54/20, 60/20, 142/20, 144/20, 146/20, 147/20, 148/20, 169/20, 174/20, 175/20, 200/20, 201/20, 208/20, 209/20, 210/20, 211/20, 212/20, 213/20, 214/20, 216/20, 217/20, 218/20, 219/20, 220/20, 221/20, 222/20, 223/20, 224/20, 225/20, 226/20, 227/20, 228/20, 229/20, 230/20, 231/20, 241/20, 242/20, 243/20, 244/20, 247/20, 248/20, 249/20, 250/20 e 251/20. Em seguida, passou-se às declarações de voto ao Projeto de Lei n. 105/20. A vereadora Marta Rodrigues disse que faltava plano de ação sobre a aplicação de recursos para a Saúde no combate à pandemia e relatou denúncias de problemas em algumas ações. Considerou que a comissão de acompanhamento teria papel importante nesse sentido e, também, no combate a informações falsas. Pediu reunião para a criação desse plano. Pela ordem, o vereador Cezar Leite parabenizou a CMS e o senhor presidente pelas políticas em favor do povo. Informou Projeto de Indicação seu para a suspensão de parte do Decreto sobre obras, no tocante a obras no interior de imóveis, observando que muitas obras

públicas eram realizadas. Pela ordem, o vereador Cláudio Tinoco destacou o papel fiscalizatório da CMS na aplicação de recursos, lembrando que uma Comissão permanente, a de Finanças, tinha tal incumbência. Esclareceu que não era contrário à nova comissão proposta. Pela ordem, o vereador Luiz Carlos de Souza indagou o que seria feito com os projetos de lei de vereadores que estavam da ordem do Dia. O senhor presidente reiterou explicação sobre a necessidade de reunião entre bancadas e independentes. Retomando as declarações de voto, o vereador Marcos Mendes afirmou que a pandemia do Coronavírus era uma questão suprapartidária e denunciou casos de malversação de recursos em função desse problema, comentando sobre a aquisição de álcool em gel para a Guarda Municipal. Elogiou o senhor presidente e o papel responsável dos opositores neste momento. Alertou sobre a hipótese de vereadores usarem medidas contra o Coronavírus com finalidade eleitoreira. Declarou votos contrários ao Projeto de Indicação n. 241/20 e ao Projeto de Indicação do vereador Toinho Carolino para reabertura do comércio na Boca do Rio. Pela ordem, o vereador Paulo Magalhães Júnior lembrou haver acordo sobre os Projetos de Indicação e disse que, se o vereador Marcos Mendes mantivesse votos contrários, receberia votos contrários a todos os seus projetos. Declarando voto, a vereadora Aladilce Souza considerou que se reforçava o papel fiscalizatório da Casa e discordou da fala do vereador Cláudio Tinoco, afirmando que o Executivo tinha a obrigação de, em caso de aplicação de recursos, enviar plano a respeito, evitando “cheque em branco”. Pontuou que a omissão do Executivo ensejara a Emenda para a criação de comissão de acompanhamento. Defendeu que essa comissão tivesse acesso ao plano sobre o uso desses recursos e afirmou que os edis eram fiadores desse tipo de ação. Pediu fiscalização a organizações sociais. O senhor presidente destacou que a Mesa seria responsável pela criação da comissão e que teria acesso ao plano sobre os recursos. Pela ordem, o vereador Cláudio Tinoco disse que a vereadora Aladilce Souza, a quem declarou respeito, distorcera seu discurso. Pontuou que queria fazer parte da comissão a ser criada e destacou que os vereadores

aprovavam muitos recursos para a Saúde municipal, a qual inaugurava dois hospitais de campanha com respiradores, enquanto o Governo do Estado sofrera a falta de respiradores comprados. Defendeu a união de todos no combate à pandemia. Declarando voto, o vereador Sílvio Humberto afirmou que os malfeitos desconhecem situações como uma pandemia e defendeu que os recursos não fossem tratados de modo genérico. Defendeu ainda a efetividade desses recursos quanto a resultados, afirmando que a nova comissão atuaria sobre isso. A vereadora Ana Rita Tavares, também declarando voto, sublinhou que a Oposição, a qual integrava, votara a favor do remanejamento de recursos para a saúde em face da Pandemia, mas com Emenda para garantir a transparência sobre o uso de tais recursos. Também defendeu a fiscalização pela CMS e alertou sobre o risco de malversação. O senhor presidente informou que o vereador Luiz Carlos de Souza dera voto contrário a todos os Projetos de Indicação. Pela ordem, o vereador Joceval Rodrigues disse não haver receio sobre a nova comissão temporária e salientou as atuações da Comissão de Finanças e da Prefeitura. O senhor presidente informou nomes de vereadores que comporiam a comissão especial: Aladilce Souza, Cláudio Tinoco, Edvaldo Brito, Luiz Carlos Suíca, Marcos Mendes, Marta Rodrigues, Sidninho, Sílvio Humberto e Toinho Carolino. Pela ordem, o vereador Orlando Palhinha elogiou a união entre Prefeitura, CMS e Governo do Estado contra a pandemia e observou que indagações sobre malversação não ocorriam quanto à Assembleia Legislativa. Discordou da postura do vereador Marcos Mendes em votar contra Projetos de Indicação. Pela ordem, o vereador Toinho Carolino agradeceu ao senhor presidente por acolher a comissão proposta pela Oposição e por apoiar suas ações na Boca do Rio. Pediu apoio para o Projeto de Indicação sobre a reabertura relativa do comércio nesse bairro e expôs sobre benefícios a trabalhadores previstos no Projeto, lamentando o voto contrário do vereador Marcos Mendes, a quem pediu reflexão. Pela ordem, o vereador Vado Malassombrado comentou sobre seu Projeto para isenção de taxas a comerciantes informais, já aprovado pelos pares, pedindo apoio para a sua

sanção pelo prefeito. Expôs sobre a inauguração, em breve, da Unidade de Pronto-Atendimento (UPA) da Cidade Baixa, fruto de Projeto seu. Pela ordem, o vereador Sérgio Nogueira afirmou que opositores do prefeito deveriam ir às ruas ver o trabalho do gestor. Pela ordem, o vereador Luiz Carlos Suíca pediu a troca de seu contato no grupo de WhatsApp dos vereadores. Pediu ainda que o vereador Sérgio Nogueira tomasse cuidados, por estar em grupo de risco quanto ao Coronavírus. Solidarizou-se ao secretário municipal de Saúde e ex-vereador, Leo Prates, e seus familiares. Declarou votos favoráveis a todos os Projetos de Indicação e aos Projetos do Executivo, e contrários aos Vetos. O senhor presidente informou carta do Instituto dos Arquitetos do Brasil-Departamento Bahia (IAB-BA) ao prefeito, na qual a entidade externava a preocupação dos arquitetos baianos com as consequências da pandemia. Explicou que a carta fora recebida pela vereadora Aladilce Souza na Ouvidoria. Pela ordem, o vereador Marcos Mendes rebateu a postura do vereador Paulo Magalhães Júnior, destacando que: se vivia em uma democracia; tinha respeito pelo vereador Toinho Carolino; havia liberdade para discordar. Disse que aceitaria uma contrariedade a si que fosse bem fundamentada e que sua contrariedade ao Projeto em questão não era em função das pessoas. Verificada falta de *quorum*, a Sessão foi suspensa por 15 minutos. Não se restabelecendo o *quorum*, o senhor presidente declarou encerrada a Sessão, deixando a próxima Sessão a ser marcada em uma próxima convocação neste período extraordinário de pandemia. REGISTROS: registro do vereador Odiosvaldo Vigas.

PRESIDENTE

1º SECRETÁRIO 2º SECRETÁRIO